

# Edouard Glissant

Poética e Política

Diva Barbaro Damato



CAPES



## O ESPAÇO

A ilha da Martinica pertence ao arquipélago das Antilhas situado no hemisfério Norte, entre a América do Norte (Flórida e México) e a América do Sul (Venezuela e Guianas), tendo a Oeste a América Central. Suas ilhas são banhadas a Leste pelo Oceano Atlântico e a Oeste pelo mar do Caribe.

Dentro desse arquipélago, a Martinica se situa num arco a Leste: as Pequenas Antilhas ou Ilhas do Vento. Essas ilhas se situam bem próximas umas das outras mas acham-se divididas pela colonização. A Dominica (ao Norte) e Santa Lucia (ao Sul), hoje de língua inglesa, estão separadas da Martinica por canais com aproximadamente 30 km de largura e que podem ser transpostos a nado.

A Martinica está separada da França – a Metrópole – pelo Oceano Atlântico numa distância de 7 mil km.

A superfície da ilha é estimada entre 1.085 e 1.089 km<sup>2</sup>, apresentando sua parte mais longa no sentido N/S, 64 km e sua parte mais larga no sentido L/O, 22 km. Sua parte mais estreita neste mesmo sentido atinge apenas 10 km e nenhum ponto da ilha acha-se a mais de 12 km do mar.

**Relevo** – Apesar de suas dimensões diminutas, a ilha apresenta um relevo bastante atormentado. Existe uma lenda local que diz que um dia um soberano inglês pediu a um de seus almirantes que lhe descrevesse a Martinica. Como resposta obteve uma folha de papel violentamente amassada.

Eugène Revert diz que se a superfície da ilha fosse “esticada” como uma pele de animal ela ocuparia um espaço muito superior aos teóricos 1.100 km<sup>2</sup>.

Em verdade a ilha não apresenta grandes altitudes. O maciço dos Pitons du Carbet atinge altitude máxima de 1.200 m e a Montagne Pelée não ultrapassa os 1.400 m. Mas as elevações são muito abruptas. Em poucos quilômetros passa-se da praia, à beira-mar, ao topo da montanha.

Já no século XVIII, o padre Labat dizia ao avistar a ilha pela primeira vez:

*A mesure que le jour venait et que nous approchions de la terre, je ne pouvais assez admirer comment on s'était venu loger dans cette île. Elle ne me paraissait que comme une montagne affreuse, entrecoupée de précipices. Rien ne m'y plaisait que la verdure qu'on voyait de toutes parts ce qui me semblait nouveau et agréable vu la saison où nous étions.<sup>(11)</sup>*

A sucessão de abismos e precipícios, gargantas profundas e *canyons* dá a impressão de grandes alturas, impressão reforçada pelos ventos incessantes que sibilam entre as elevações. As montanhas estão concentradas na região NO da ilha.

A Montagne Pelée é a elevação mais importante da ilha e é o vulcão mais conhecido da região. Sua forma é cônica e seu pico está quase sempre entre as nuvens. Apesar da grande densidade populacional da ilha, a montanha não apresenta um quadro de ocupação humana devido à possibilidade inquietante

11. LABAT, R.P. Jean-Baptiste. *Voyage aux Iles de l'Amérique (1693-1705)*, p. 34.

tante de erupções, às encostas íngremes, à nebulosidade permanente, ao vento incessante e perturbador. Apesar desses fatores, alguns agricultores instalam-se na periferia da montanha atraídos pela grande fertilidade do solo.

Separado da Montagne Pelée pelo planalto de Morne Rouge (500 m de altitude), acha-se o maciço dos Pitons du Carbet onde se localiza a floresta martinicana. Esta é cortada pela Trace, a estrada colonial que liga Fort-de-France a Morne Rouge.

À medida que se aproxima do Sul, a paisagem vai se tornando mais plana. Sucedem-se os morros arredondados – *les mornes* – característicos dessa região, que se espalham por toda a ilha ocupando quatro quintos do território. Se o topo das montanhas é dificilmente atingido, os altos dos morros são contornados por caminhos e permitem descortinar vastos horizontes.

O relevo da ilha é de tipo vulcânico; as superfícies planas são raras, pouco extensas e situam-se entre morros. A única verdadeira planície existente é a planície do Lamentin com 75 km<sup>2</sup>, o que permitiu a instalação de um aeroporto internacional e lhe deu uma especial importância econômica.

O Norte e o Sul não se opõem apenas no interior da ilha. Ao Norte do eixo Fort-de-France/Trinité encontramos no litoral escarpas de 20 metros de altura cortadas de vez em quando por pequenas praias, enquanto no Sul as praias são mais extensas. Na realidade essa oposição é reforçada pela oposição costa atlântica/costa caribenha. A face voltada para o Caribe é abrupta havendo precipícios submarinos de até 2 mil metros. Em 1902, na ocasião da erupção da Montagne Pelée que destruiu inteiramente a cidade de Saint-Pierre, um navio de guerra francês que veio resgatar os habitantes das comunas vizinhas de Saint-Pierre conseguiu chegar a menos de 20 metros da costa, tal a profundidade do solo submarino. Nos primeiros séculos após a che-

gada dos europeus, esse lado da ilha – em particular a baía de Fort-de-France, pela sua penetração no corpo da ilha – será o preferido pelos barcos em busca de abrigo contra os ventos e contra os inimigos. Na realidade, a baía de Fort-de-France é pouco profunda, principalmente considerando o resto da costa caribenha. Tem mais ou menos 60 metros de profundidade na entrada da baía que diminuem rapidamente para 30 metros junto à costa.

A costa ao Sul e a Leste (Atlântico) apresenta um grande número de ilhotas e recifes. A existência de uma grande plataforma submarina permite que o encontro entre as praias e o mar seja muito calmo. A imobilidade das águas favorece o acúmulo de lama, e onde o mar é muito raso surgem os mangues. Esse lado da costa apresenta um grande número de minúsculas baías (*anses*) muito procuradas pelos turistas.

**Rede hidrográfica** – Na Martinica há 70 cursos de água independentes, a metade dos quais é perene. Quase metade do território da ilha é drenada por pequenos riachos que desembocam diretamente no mar, sempre próximo.

A região montanhosa da ilha, que é coberta na sua maior parte por espessa vegetação (que coincide em parte com a floresta natural), é drenada por uma rede hidrográfica muito densa, que irradia a partir da Montagne Pelée, dos Pitons du Carbet e do Morne Jacob. A maior parte desses cursos de água desembocará na costa Atlântica.

O sistema hidrográfico mais importante da ilha, não só pela sua extensão (110 km<sup>2</sup>) como pelo seu volume de água, deságua na costa do Caribe: é a bacia do rio Lézarde. O tronco nasce entre os morros de Bellevue e Lorrain, a mais ou menos 500 metros de altitude, e ao contrário dos outros rios, atravessa uma planície – a planície do Lamentin – o que permite que

seu curso seja facilmente identificável. Sua extensão em linha reta é de 14,5 km embora percorra 28,5 km. Ao se aproximar de sua desembocadura, nos últimos 2 km, o Lézarde atravessa a região do mangue onde praticamente se dissolve.

**Clima** – A temperatura e a pressão são de grande regularidade. Os ventos alíseos desempenham um papel importante mantendo a temperatura entre 23°C e 27°C. As chuvas, por outro lado, são irregulares e determinam a divisão do ano em duas estações: *hivernage* – estação das chuvas, de junho a dezembro, quando podem ocorrer os ciclones e *carême* – estação seca, de janeiro a maio.

Mas há uma outra divisão que se sobrepõe a esta: o Norte da ilha, mais montanhoso e com densa vegetação tropical, apresenta um alto índice pluviométrico em comparação com o Sul, plano, exposto aos alíseos que varrem as nuvens e impedem a precipitação regular de chuvas. A oposição de relevo entre o Norte e o Sul acaba sendo pois um dos elementos determinantes na precipitação de chuvas: o Sul da Martinica, sendo menos elevado do que o Norte, recebe menos chuvas, e as regiões mais distantes da massa montanhosa são as mais secas, como o extremo leste da península de Caravelle.

A vazão dos rios acompanha o ritmo das chuvas. Como no Norte as inclinações do terreno são acentuadas e o solo da planície é argiloso, as águas dos rios, sem nada que as detenha, rapidamente tornam-se torrenciais arrastando tudo o que se opõe à sua passagem. Uma forte chuva ocasiona em pouco tempo grandes enchentes.

Os ventos são constantes e particularmente fortes. Sopram sempre do Leste, o que determinará maior umidade nas encostas orientais do que nas ocidentais. A região é famosa pela intensidade dos ciclones que na Martinica não ocorrem antes de 23 de julho nem depois de 21 de outubro.

**Vegetação** – A Martinica goza de um clima do tipo tropical. Os contrastes de seu relevo entretanto determinam o aparecimento de diversidades climáticas a distâncias muito curtas. Conseqüentemente, há uma grande diversidade do ponto de vista da vegetação.

No Norte da ilha, de clima fresco e úmido, encontramos árvores de grande porte (até 35 m de altura) e uma reserva florestal. À medida que se aproxima do Sul, a altura da vegetação diminui: na região dos morros, pequenas árvores; no Sul, cana e gramíneas. A orla litorânea está sendo dominada pelo *mangrove*, vegetação típica de mangues.

Além dos fatores relevo e clima, existem os fatores bióticos. Mais do que os animais, o homem foi responsável por importantes transformações: degradação da vegetação, introdução de plantações, reflorestamento e criação de animais.

A ação do homem no Sul da ilha foi basicamente destrutiva, não só pelas queimadas, como pelos cortes sucessivos de árvores. Isso favoreceu a tendência do solo para o ressecamento. Além disso nas regiões mais secas, a agricultura sendo mais difícil, optou-se pela criação de gado que reduz a vegetação existente a gramíneas. Mas o europeu não apenas destruiu: ele trouxe consigo a *mangueira*, o *coqueiro*, a árvore da fruta-pão, que modificaram a paisagem e serão elementos muito importantes no sistema alimentar.

Por outro lado foram introduzidos também a cana-de-açúcar, a banana e o abacaxi, que serão exportados industrialmente.

Como em todos os outros aspectos geográficos, a vegetação na Martinica oferece o contraste da exuberância da floresta tropical do Norte (decantada nas crônicas dos primeiros viajantes) em face da monótona paisagem de plantação de cana

ao Sul. O declínio da produção açucareira determinou o lento desaparecimento da cana e o aparecimento de uma produção ainda modesta de abacaxis.

Uma última observação: a vegetação da Martinica mostra uma grande afinidade com a da América do Sul (muito mais do que com a vizinha América Central).

## A HISTÓRIA

A história da Martinica (como praticamente toda a história da América) tem sido contada a partir da chegada dos europeus, a partir do “Descobrimento”.

Cristóvão Colombo relata no seu diário ter avistado a ilha Karukera (que mais tarde será chamada de Guadalupe) no dia 4 de novembro de 1493, na ocasião de sua segunda expedição ao Novo Mundo. Em 1502 (15 de dezembro), ele desce na Martinica (ou a *Juanakaera dos Caraíbas*).

Mas os espanhóis não se demoraram muito nas Pequenas Antilhas. Eles concentrarão suas forças inicialmente nas Grandes Antilhas e mais tarde no continente.

Pelas bulas do papa Alexandre VI (1493), os espanhóis eram os únicos a poder navegar a oeste de uma linha situada a 100 léguas dos Açores e Cabo Verde. O tratado de Tordesilhas de 1494 desloca esta linha 170 léguas para o Oeste. As terras a leste desta linha pertenceriam aos portugueses.

Desde o século XVI as outras nações européias começaram a contestar estes direitos: “*Je voulais bien voir le testament du Père Adam pour savoir s'il ne m'a rien laissé dans les terres du Nouveau Monde*”, teria dito François I, rei de França.

Aventureiros holandeses, ingleses e franceses (sob proteção nem sempre discreta de seus soberanos) atacam os navios espanhóis e tentam estabelecer-se no Caribe (e na América do

Sul). Nas Pequenas Antilhas, os holandeses tomam Santo Eustáquio e São Martin; os ingleses, Barbados, Nevis, Montserrat, Antígua e parte de S. Cristóvão; os franceses, a outra parte de São Cristóvão, Guadalupe e Martinica.

Na Martinica, devido à sua posição estratégica, no meio do arco das Pequenas Antilhas, irão repercutir os problemas das grandes potências européias implicadas no processo de colonização da América.

A Martinica era então habitada pelos Caraíbas em número de mil a 2 mil. Apesar das importantes recentes descobertas arqueológicas na Martinica, torna-se difícil separar as informações vindas de documentos das da lenda. É freqüente grandes historiadores tomarem como provas as narrativas de viajantes, diários de bordo, correspondências dos grandes navegantes e seus soberanos, quando sabemos que as viagens eram financiadas e que os comandantes ou seus escribas diziam aquilo que lhes era mais rentável na perspectiva de obter novos créditos para suas próximas viagens. O diário de Colombo recenseando as "maravilhas" do Novo Mundo não está muito distante da carta de Pero Vaz de Caminha que acabou servindo para a criação do mito da preguiça brasileira. Se "em se plantando tudo dá", aquele que não tem o que comer é o único responsável por sua penúria.

Provavelmente os Caraíbas, originários da América do Sul, de tradição guerreira e suposta ferocidade, teriam massacrado – por volta do século X da nossa era – todos os homens da pacífica tribo Arawak (os Tainos das Grandes Antilhas, segundo Devèze) instalados na região desde os primeiros séculos da era cristã. Como os Caraíbas eram polígamos, tomaram como esposas as mulheres Arawak que desempenhavam na sua própria tribo de origem um papel especialmente importante. Essa união impediu que houvesse uma ruptura na passagem de uma civilização para outra. Esse fato é perceptível principalmente

na produção de objetos domésticos em cerâmica. Outra consequência interessante é o fato de, entre os Caraíbas, as mulheres falarem uma língua diferente da dos homens, fato que deu origem, segundo Revert<sup>(12)</sup>, a "tabous linguistiques" entre os dois sexos.

Os Arawaks eram um povo de pescadores, daí terem se instalado na costa Atlântica, cujas águas rasas facilitavam a pesca com rede e com cesto. Embora eles não conhecessem a roda, suas cerâmicas são bem executadas e pacientemente decoradas, o que revela a existência de um certo desenvolvimento tecnológico na agricultura, trabalho reservado em geral às mulheres. Elas teriam, portanto, mais tempo para a confecção de seus utensílios domésticos, segundo revelam as pesquisas arqueológicas realizadas em Santa Maria, na Martinica (terra natal de Glissant), onde teria existido uma comunidade Arawak de talvez milhares de pessoas.

Cronistas da época deram inicialmente um retrato físico e moral dos Caraíbas bastante positivo. À medida que a colonização foi se estendendo, os Caraíbas foram tachados de antropófagos (a palavra canibal seria originária da palavra Caraíba) e preguiçosos, já que desconheciam totalmente a idéia de acumulação de riquezas, trabalhando exclusivamente para seu sustento diário.

Os Caraíbas teriam vivido mais ou menos seis séculos na Martinica e na Guadalupe, na costa Atlântica. Eram homens de porte avantajado, cabelos negros e lisos, olhos ligeiramente amendoados e escuros. Tinham o hábito de cobrir sua pele com a tintura do urucum, o que lhes dava uma cor avermelhada, levando os europeus a pensar que estariam diante de uma nova raça.

12. Cf. REVERT, Eugène. *La Martinique*. Paris, Nouvelles Editions Latines, 1949.

Os Caraíbas, como os Arawaks, eram povos do mar, exímios remadores e viviam da pesca. As mulheres ocupavam-se da agricultura, bastante elementar, e todos, da coleta de frutos.

No vocabulário contemporâneo das Antilhas francesas encontram-se muitas palavras caraíbas, principalmente nomes da fauna e da flora locais que permaneceram inclusive na cozinha tradicional da região.

Apesar de serem um povo guerreiro, os Caraíbas tratavam bem seus prisioneiros, sobretudo as mulheres e as crianças. Suas boas relações com os brancos, na sua maior parte aventureiros sem escrúpulos, não poderiam ter sido duradouras.

Dizem os historiadores franceses que a hostilidade dos Caraíbas com os espanhóis é que teria decidido estes a abandonar definitivamente as Pequenas Antilhas. Por outro lado, o contato entre Caraíbas e franceses não foi muito longo. Apesar do bom entendimento inicial, da ajuda proporcionada pelos índios, ensinando aos europeus seus hábitos de alimentação, moradia e sua farmacopéia, logo apareceram divergências. Os Caraíbas eram muito estruturados socialmente para se submeterem aos recém-chegados, e o sistema de plantação implantado pelos franceses precisava de colaboradores mais dóceis. A chegada dos primeiros escravos africanos não resolveu a situação, pois os índios começaram a proteger os escravos que fugiam, os *marrons*.<sup>(13)</sup> Os franceses decidiram então exterminá-

13. Conservaremos o uso da palavra francesa "marron" para designar o escravo que fugia da plantação, recusando o termo quilombola usado por alguns especialistas brasileiros da área. A palavra quilombola supõe uma vida em comunidade – o quilombo – enquanto a palavra francesa – marron – exprime uma idéia mais ampla: viver em liberdade sozinho ou em grupo. Coerentemente adotaremos também o emprego de marronagem e marronar.

los. Os planos deveriam permanecer secretos, pois os Caraíbas tinham aparentemente uma maneira muito rápida e eficaz de difundir as informações através do arquipélago. Havia uma espécie de Liga entre eles: se um índio fosse castigado numa ilha, poucas horas depois represálias se sucediam nas outras ilhas. É bastante provável que em 1658 tenham sido massacrados num mesmo dia e numa mesma hora previamente combinados, não só na Martinica como talvez em outras ilhas (com exceção da Dominica onde os sobreviventes puderam se refugiar). Os últimos índios resistentes, ao perceberem a derrota inevitável, teriam se lançado dos penhascos num suicídio coletivo. Este fato (lendário?) tem sido evocado cada vez mais freqüentemente quando se fala da resistência à colonização. Em 1692 são recenseados 160 índios em toda a Martinica que, por estarem provavelmente ligados a famílias de grandes proprietários, teriam sido protegidos do extermínio. que horror!

Esses raros sobreviventes recenseados no fim do século XVII vêm permitindo que algumas famílias de martinicanos afirmem orgulhosamente terem sangue caraíba nas veias, o que parece ser muito difícil de comprovar.

Em 1635 Richelieu encorajava o fidalgo normando D'Esnambuc – que tinha iniciado a ocupação francesa em São Cristóvão ao NE do arquipélago – a fundar a *Compagnie des Îles d'Amérique* para promover a colonização das terras francesas da América. Quando D'Esnambuc chegou à Martinica (no mesmo ano) trazia consigo cem homens, a maior parte deles proveniente de São Cristóvão. Têm, portanto, alguma experiência do processo de adaptação ao Novo Mundo, o que explica o sucesso relativo de seu empreendimento após o fracasso da tentativa precedente de De l'Olive e Duplessis. Desembarcam na Martinica no dia 1º de setembro, no lugar onde

mais tarde se ergue Saint-Pierre, e teriam sido muito bem acolhidos pelos Carábas. Em maio de 1636, D'Esnambuc volta para São Cristóvão para impedir que os colonos vendam suas colheitas aos ingleses. Deixa na Martinica seu lugar-tenente Dupont. Esse desaparece numa viagem, e D'Esnambuc morre logo após, não sem ter designado seu sobrinho Du Parquet como seu sucessor.

Du Parquet chega à Martinica em 20 de janeiro de 1637. Procura um bom entendimento com os Carábas, o que vai permitir o desenvolvimento da agricultura do algodão e do tabaco. A população atinge mais de 2 mil habitantes, entre os quais 800 negros capturados dos espanhóis e dos portugueses.

Os franceses que partiram para a aventura na América eram de extratos sociais muito diversos. Alguns dos proprietários de terra (e mais tarde, das plantações) eram cavaleiros da pequena nobreza, muitas vezes aliados da herança paterna pelo direito de primogenitura. Esses nobres, segundo Revert, seriam em número menor do que se costuma fazer crer: no máximo *50 maîtres de case* num total de 700 por volta de 1671. A maior parte dos proprietários era de origem burguesa e interessada pela ascensão social que o patrimônio fundiário poderia lhes proporcionar.

Os franceses levaram também consigo *engagés* – trabalhadores contratados por três anos – para servir os grandes proprietários que pagavam suas passagens. O direito sobre eles podia ser cedido ou vendido a outro senhor. Terminada a vigência do contrato recebiam sua liberdade, 300 libras de tabaco e o direito de voltar à Europa ou de se estabelecer na colônia adquirindo terras. Esse sistema funcionou muito bem no início da colonização porque os *engagés* eram pessoas da mesma região que seus senhores, às vezes até seus parentes. Com a introdu-

ção do sistema de plantação e a produção do açúcar em grande escala, as condições de vida e trabalho foram se deteriorando. Denúncias são feitas na França sobre as terríveis condições em que se encontram os *engagés* das Antilhas. A *Relation des Missions* de 1660 declara que “*les valets sont quelquefois si cruellement traités qu'il vaudrait mieux être esclave parmi les Turcs*”.<sup>(14)</sup> Por outro lado, havia uma certa pressão não só para impedi-los de se tornarem proprietários – o que acarretaria uma fragmentação da propriedade – como para que permanecessem na ilha como soldados, garantindo a continuidade de um povoamento branco.

Com a introdução dos escravos, que progressivamente assumiram as funções dos *engagés*, esse tipo de contrato de trabalho foi sendo abandonado e definitivamente abolido em 1774. Alguns poucos *engagés* conseguiram tornar-se grandes proprietários de terras. A grande maioria ou morreu devido às condições miseráveis de vida, ou voltou para a Europa. Alguns ainda mudaram-se para Saint-Barthélemy onde, marginalizados do aparente desenvolvimento da região, constituem hoje uma população branca e pobre.

A 1º de abril de 1643 a *Compagnie* nomeia Du Parquet governador da Martinica com as funções de comandante militar, encarregado das finanças e magistrado. Mas os proprietários de plantações – os *habitants* – recusavam-se frequentemente a pagar seus direitos à *Compagnie*, que acabou ficando em má situação financeira. Em 1650 ela decidiu vender as Antilhas aos seus respectivos governadores. Du Parquet comprou a Martinica, a Granada, as Granadinas e Santa Lúcia

14. Citado por REVERT, Eugène. *Op. cit.*, p. 226.

por 60 mil libras (a Martinica por 45.500). Embora proprietários, os governadores permaneciam sob rígido controle do rei de França.

Du Parquet incentivou a criação de gado e construiu fortes em Fort-Royal e Saint-Pierre. Acolheu os holandeses e africanos expulsos do Brasil numa época em que ainda não existia o tráfico negreiro nas Antilhas francesas. Foi também o responsável pela introdução da cana-de-açúcar. A ilha começou a ter um desenvolvimento econômico bastante acentuado. Mas Du Parquet teve problemas com os proprietários de plantações, porque esses continuavam a se recusar a pagar seus impostos. Pressionavam-no também para que expulsasse os índios da ilha.

Du Parquet morre em 1658, e seu posto deveria ser exercido por sua mulher durante a minoridade de seus filhos, mas militares e colonos revoltaram-se. M<sup>me</sup> Du Parquet cede progressivamente até ser destituída de seu cargo. Um fato importante ocorreu durante sua gestão: o massacre dos Caraíbas. No governo de Du Parquet tinha sido feito um acordo de paz com os índios, mas os militares exigiam que eles não dessem guarida aos negros marrons. Uma noite, um grupo de franceses massacraram alguns índios que bebiam nos cabarés da cidade, matando seu cacique. Os colonos ficaram receosos de represálias porque dois índios conseguiram escapar e deveriam avisar seus companheiros. Recrutaram imediatamente 600 dos melhores soldados da colônia encorajados pela promessa de boas recompensas e, acompanhados de dois padres, foram por terra e por mar atacar os Caraíbas:

*...[ils] brûlèrent les cases, tuèrent, massacrèrent, sans aucune considération de sexe ni d'âge, tous les*

*indigènes qu'ils pouvaient rencontrer. Ceux qui purent se dérober regagnèrent en toute hâte Saint-Vincent et la Dominique. Aussi s'explique l'occupation définitive de toute l'île par les martiniquais.<sup>(15)</sup>*

Esse fato será o responsável pela ruptura entre a cultura pré-colonial e colonial. Haverá na ilha uma substituição total da população. O passado começa na colônia.

Em 1664 Colbert, irritado com as numerosas perturbações da ordem e pelo aumento de contrabando para a Holanda, recompra os direitos dos proprietários e funda uma nova companhia, a *Compagnie des Indes Occidentales*.

A criação dessa companhia excluiu completamente a Holanda do comércio com as ilhas. As colônias só poderiam comprar e vender à Metrópole: é o regime do Exclusivo. Numerosos protestos e revoltas tendo à frente a Martinica se sucedem. Afinal, a França tinha quatro navios na rota para o Caribe, e os holandeses, duzentos.<sup>(16)</sup>

Colbert estimula a criação de usinas de açúcar na França. Na guerra contra as destilarias antilhanas, menos numerosas, o governo protege as metropolitanas.

Dez anos depois a Companhia, cheia de dívidas, foi encampada pela Coroa. As colônias tornaram-se províncias do Reino com um governador, um intendente e um Conselho Soberano. Este é composto dos dois membros citados, mais

15. BANBUCK, C.A. *Histoire politique, économique et sociale de la Martinique sous l'Ancien Régime*. Paris, Librairie des Sciences Politiques et Sociales, Marcel Rivière, 1935, p. 57.

16. DEVÈZE, Michel. *Antilles, Guyanes, la mer des Caraïbes de 1492 à 1789*. Paris, SEDES, 1977, p. 200.

seis conselheiros que deveriam ser representantes da comunidade local. Na realidade, a relação de dependência com a Metrópole sempre foi muito grande:

*Aussi comme les anglaises, les colonies françaises des Antilles devenaient royales, mais comme le gouvernement français était plus autoritaire que l'anglais, les libertés locales dans les Antilles furent moindres: Gouverneur, intendant nommés par le roi, mais pas d'assemblées élues des planteurs.*<sup>(17)</sup>

O Conselho foi progressivamente esvaziado até ser transformado em *Cour d'Appel*.

De 1689 a 1715, recrudescem as lutas franco-inglesas pelo mercado que a Holanda em declínio se via obrigada a abandonar: o tráfico de escravos e o comércio do açúcar. A pirataria entra em declínio, pois o rei prefere apoiar o contrabando, bem mais discreto.

Os primeiros negros a chegarem às Antilhas foram os "ladinos" que acompanhavam seus senhores espanhóis, como escravos ou como servidores livres, e atuavam tanto nos trabalhos domésticos quanto nos campos de batalha.

Na Martinica, os primeiros escravos haviam sido adquiridos dos portugueses ou chegado com os holandeses quando estes foram expulsos do Brasil. Com as dificuldades crescentes com os Caraíbas, estabeleceu-se uma operação triangular (Antilhas – Europa – África) e o tráfico negreiro organizou-se.

17. *Id., ibid.*, p. 179.

Os primeiros escravos vinham sobretudo de Angola e Cabo Verde<sup>(18)</sup>; depois, de toda a costa ocidental da África, ao sul do rio Senegal. Nessa região conviviam vários povos com maior ou menor hostilidade. Os grandes reinos do Daomé, do Congo, enfraquecidos pelas lutas de facções rivais, abalados culturalmente com a penetração do Islã, não resistiram ao golpe desferido pela chegada do homem branco e pela instituição do tráfico negreiro. A circulação intensa desses povos dentro da África antes de chegarem aos portos de embarque tornou muito difícil para o homem branco identificar a origem exata dos africanos que vieram para a América:

*Les esclaves étaient généralement classés selon le port dans lequel ils avaient été embarqués. Etant donné qu'ils provenaient de l'intérieur, cette classification n'est guère significative de leurs origines. Aussi, les anthropologues sont-ils contraints d'étudier les éléments culturels que les esclaves ont apportés dans le Nouveau Monde, pour pouvoir déterminer à quelle ethnie africaine ces esclaves appartenaient. Une telle étude est difficile à conduire. Les navires négriers chargeaient des esclaves dans différents ports. À leur arrivée les esclaves étaient dispersés dans les plantations qui entretenaient de ce fait une main-d'oeuvre servile appartenant à des tribus variées. L'absence de langue commune contraignait les esclaves à adopter la langue de leurs maîtres et à entrer aussi dans un processus d'acculturation. En outre, les conditions dans*

18. Cf. REVERT, Eugène. *Op. cit.*, p. 233.

*lesquelles se réalisait leur voyage ne permettaient pas aux esclaves d'emporter avec eux dans le Nouveau Monde des objets ou des biens de leur pays.*<sup>(19)</sup>

O tráfico francês se fará basicamente a partir do Senegal. Quando há o desmoronamento do império Bambara, uma parte significativa do seu povo será feita prisioneira e depois vendida como escrava. Daí o fato de os negros que vieram dessa parte da África serem conhecidos com o nome genérico de Bambara. Mas P. Labat, quando se refere aos escravos da Martinica, fala dos Aradas, dos Senegaleses e dos Congos.

Se bem que os plantadores tivessem às vezes preferência por escravos dessa ou daquela região, na realidade a escolha era determinada pelos traficantes, que preferiam os mais fortes, os mais jovens, os mais bonitos, e os plantadores, pressionados pela exigência de uma mão-de-obra cada vez mais numerosa (fruto da expansão dos engenhos de açúcar), acabavam comprando o que chegava às ilhas.

Houve, no entanto, uma preocupação – que não chegou a um resultado satisfatório – de tentar identificar os recém-chegados por traços que se revelaram mais tarde insuficientes: dentes limados, furos nas orelhas ou narinas, cortes nas faces, no peito ou nos ombros, cor da pele, estatura etc.

*Ces nègres que nous avons dans nos colonies parviennent de diverses nations africaines. Il ne serait pas possible de faire un portrait qui ressemblât à tous*

19. MÖRNER, Magnus. *Le métissage dans l'histoire de l'Amérique latine*. Paris. Fayard, 1971, p. 31.

*différents peuples dont ils tirent leurs origines. Tout varie parmi ceux que nous avons, jusqu'aux nuances même de leur couleur.*<sup>(20)</sup>

Os horrores da travessia só podem ser contados pela ficção. Os comandantes dos navios negreiros mantinham diários de bordo mas evidentemente eles apenas recenseavam os mortos e feridos e narravam as rebeliões e outros problemas de viagem. Do que o africano acorrentado sentia e percebia não há documentos, exceto os relatos transmitidos oralmente de geração em geração.

Uma décima parte dos escravos desembarcados nas Antilhas ficava na cidade, adquirida pelos homens de negócio, comerciantes, artesãos, funcionários da administração ou oficiais. Os outros iam para as plantações onde seriam domésticos, trabalhadores na construção ou no engenho e, a grande maioria, trabalhadores da terra: “*le coeur de l'esclavage colonial*”, segundo Debien.

*Après le dépaysement du voyage de traite qui les a conduits dans un pays où rien ne leur est familier, où leur routine de travail agricole ne peut s'appliquer sans de profondes modifications, où beaucoup de vivres leur sont inconnus, l'entrée des nouveaux sur une plantation était l'ouverture d'un autre monde.*<sup>(21)</sup>

20. CHAVALLON, Thibaut de. *Voyage à la Martinique*. Paris, 1763, p. 57, citado por DEBIEN, Gabriel. *Les Esclaves aux Antilles Françaises*. Fort-de-France et Basse-Terre, Société d'Histoire de la Martinique et Société d'Histoire de la Guadeloupe, 1974, p.35.

21. DEBIEN, Gabriel. *Op. cit.*, p. 69.

Os escravos, ao desembarcarem na Martinica, não são marcados a ferro como em Saint-Domingue (Haiti) porque a ilha é pequena e o risco de roubo é quase nulo. Alguns entretanto já traziam marcas dos traficantes. As marcas eram odiadas pelos escravos.

Ao chegar à plantação, são colocados geralmente sob a proteção de um *ancien* ou do capataz que vai procurar adaptá-los o mais depressa possível à nova vida. O recém-chegado des-conhece tudo: as roupas, a comida, a moradia, os instrumentos de trabalho, a língua, as doenças, o tipo de trabalho que se espera dele. Um dos maiores problemas para capatazes e escravos era a alimentação: os africanos acostumados com a caça recusavam a alimentação à base de cereais (arroz, milho). O número de mortos é muito grande e os senhores temem perder o capital investido.

No período inicial, de adaptação, são designados para trabalhos leves. Depois os melhores vão para os serviços domésticos e trabalhos mais especializados, e o resto, especialmente as mulheres, vai para o campo. Os serviços domésticos eram aparentemente os melhores, pois era onde se verificava o menor índice de fuga: o trabalho é menos pesado e a comida é menos restrita. O grande problema é a instabilidade: à menor falta são enviados para um outro trabalho.

Muitos senhores residem nas plantações; mas quando o proprietário reside na França, ele nomeia um procurador que mora na cidade e dirige às vezes várias plantações. Ele nomeia em cada plantação um delegado, o gerente. O gerente por sua vez tem ajudantes: os ecônomos. Os postos de ecônomos eram considerados como estágios preparatórios para a função de gerente. Mas a "alma de plantação" era o capataz, *le commandeur*, o elo entre os escravos e a direção da empresa.

Até 1720, o *commandeur* era sempre um branco. Dirigia os escravos negros e os *engagés* brancos. Os capatazes brancos se notabilizaram pela crueldade e pelo rastro de mortes que deixaram atrás de si. Pelo *Code Noir* alguns serão julgados pelo roubo de escravos. P. Labat observa que alguns proprietários preferiam um capataz negro, inclusive porque ficava mais barato. Os capatazes negros são recrutados de quase todas as nações africanas. A partir do século XVII, há uma nítida preferência pelos nascidos nas Antilhas.

Apesar do silêncio que se fez sobre o assunto, houve desde o início da colonização uma resistência à escravidão. Os estudos sobre a matéria são ainda hoje muito escassos:

*Les documents n'ont pas encore été réunis. Les recherches ne font que commencer [...] Ce côté de la vie des esclaves me demeure très mal connu.*<sup>(22)</sup>

O que é bastante compreensível. A História, para ser "imparcial", precisa se apoiar em "documentos". Ora, os proprietários não tinham nenhuma preocupação em registrar tudo o que se fazia contra eles e, mesmo quando o faziam, limitavam-se, é claro, ao que conseguiam perceber. Os escravos eram quase na sua totalidade analfabetos, oriundos de civilizações orais. Além disso, eles são os vencidos. E a História não costuma se preocupar com eles, pelo menos a partir da perspectiva deles.

A correspondência dos proprietários de plantações revela, segundo Debien, que é no século XVII que ocorreram as rebeliões mais graves. A mais importante foi a da Guadelupe, em 1656. Os escravos ainda não eram muito numerosos, mas já superavam os brancos. O projeto seria massacrar todos os bran-

22. *Id., ibid.*, p. 393.

cos, tomar suas mulheres e seus bens e colocar no poder dois reis, um para Basse-Terre, o outro para Capesterre. O projeto abortou (segundo P. Dutertre<sup>(23)</sup>) devido à rivalidade tradicional entre os angolanos e os cabo-verdianos. As represálias foram terríveis e visaram intimidar o resto dos escravos.

Em 1699 é descoberta a existência de um complô que desencadearia uma revolta geral. Em 1704, 1710 e 1748, novas revoltas estouraram na Martinica.

Após 1740, apesar de a proporção de negros em relação aos brancos aumentar significativamente, o número de revoltas (segundo Debien) decresce. Aparentemente elas eram mais frequentes entre os recém-chegados e, com o grande número de crioulos já integrado ao cotidiano da plantação, os movimentos de sedição rapidamente se diluem na grande massa de escravos acomodados com a situação.

As referências sobre as rebeliões nesse período são insignificantes, exceto a de agosto de 1791 que preocupou inclusive a Metrópole.

Uma das formas de protesto contra a escravidão bastante significativa era o suicídio: a vingança suprema contra o senhor da plantação, o último recurso para escapar ao seu domínio. Os suicídios ocorriam desde a costa da África, eram frequentes durante a travessia e também na chegada à América. Talvez exista uma relação entre suicídios e crenças religiosas. Alguns acreditavam que dessa forma podiam atingir o reino dos seus antepassados. O suicídio parece ter sido raro entre os muçulmanos. De toda a forma, os suicídios diminuía sensivelmente após alguns meses na plantação.

23. DUTERTRE, R.P.J.B. *Histoire Générale des Antilles*. (1<sup>re</sup> édition 1667-1671) Fort-de-France, éds. des Horizons Caraïbes, 1973, p. 495.

Terríveis como testemunho do estado de absoluto despojamento, de nudez, em que vivia o escravo são os modos que ele escolhe para morrer: a asfixia com a própria língua bloqueando a garganta, e a recusa da alimentação, a morte por inanição.

Glissant cita muitas vezes o aborto voluntário e a asfixia dos recém-nascidos como uma forma de as mulheres subtraírem seus filhos da escravidão.

Uma das práticas mais difundidas entre os escravos parece ter sido a do envenenamento. Apesar de o *Code Noir* nada dizer a respeito, P. Labat cita vários casos na Martinica do fim do século XVIII. Embora nas Pequenas Antilhas o problema não tenha alcançado a proporção que teve no Haiti, nas igrejas lia-se mensalmente a relação das penas a serem aplicadas aos envenenadores. A prática mais comum era o envenenamento dos animais, para perturbar o trabalho dos engenhos. Mas eram também envenenados os escravos e as pessoas da família dos senhores da plantação. Antoine Gisler cita o pavor de certos senhores de serem envenenados pelas suas próprias cozinheiras. Curiosamente Debien faz apenas uma ligeira referência a Mackandal, o lendário marron haitiano, exímio envenenador e personagem de várias obras de ficção sobre o Caribe.

Mas o que hoje é cada vez mais considerada como a forma privilegiada de resistência à escravidão é a marronagem. Os marrons eram os escravos que escapavam da plantação ou da casa de seu senhor. A palavra seria uma corruptela do espanhol *cimarron*, nome de uma tribo do Panamá (os Symarrons) que se revoltou contra os espanhóis. A idéia de marron está ligada à idéia de selvagem e também de fuga, evasão. Symarron seria também uma espécie de macaco que sai rapidamente de seu esconderijo, apanha o que precisa e volta a se esconder. (Os marrons ficavam escondidos na mata e à noite saíam para pe-

gar mandioca, batata-doce, frutas e roubar galinhas e outros animais domésticos.)

Na palavra "marron", no Caribe, coabitam os semas de insubmissão, fuga, refúgio num lugar de difícil acesso, rapina noturna, vida selvagem, liberdade...

Segundo Debien, os plantadores distinguem dois tipos de marronagem: a pequena e a grande.

A pequena marronagem era a ausência de alguns dias, semanas, até meses devido ao medo do castigo por uma falta cometida. Em geral, devia-se a problemas com os capatazes e era sempre individual "plutôt par paresse et libertinage que dans l'esprit de désertion".<sup>(24)</sup>

Essas fugas, segundo os relatos da época, não eram levadas a sério. Ocorriam principalmente após festejos em que os negros bebiam e se permitiam alguns dias de folga. Em geral, por ocasião do Natal, pediam perdão ou então solicitavam a intercessão do padre, do senhor de uma outra plantação ou de um membro da família que os conhecesse para poder voltar. Um outro caso parece ser a fuga individual de longa duração: ela seria talvez uma etapa para a marronagem em bando.

A grande marronagem ou a marronagem em bando é a mais conhecida, a mais espetacular, a mais inquietante, a mais citada nas correspondências e relatórios:

*Sur la fin de l'année 1656, il se fit un soulèvement des esclaves de la Guadeloupe, qui sembloit d'autant plus dangereux, qu'il se faisoit par des gens qui combattoient pour leur liberté...*<sup>(25)</sup>

24. CULLION, Valentin de. *Examen de l'esclavage et particulièrement de l'esclavage des nègres dans les colonies d'Amérique*. Paris, 1803, citado por DEBIEN, Gabriel. *Op. cit.*, p. 422.

25. DUTERTRE, R.P.J.B.. *Op. cit.*, p. 495. O grifo é nosso.

Desde meados do século XVII (portanto desde os primeiros anos de colonização), as fugas eram muito numerosas na Martinica e preocupavam as autoridades:

*On leur faisait une guerre en règle, mais on n'était jamais parvenu à les détruire, et la chose était assez difficile dans un pays couvert de bois, haché de toutes parts et rempli de précipices.*<sup>(26)</sup>

A repressão é violenta e se pretende exemplar: enforcamentos, esquartejamentos e membros pendurados ostensivamente em lugares onde poderiam ser vistos por todos. A repressão se faz contra os negros e contra os índios que lhes davam asilo:

*Les Caraïbes réfugiés dans ce quartier eussent été laissés en paix s'ils n'avaient pas reçu parmi eux les marrons.*<sup>(27)</sup>

O Conselho pretendia inicialmente condenar à morte todos os marrons mas encontrou oposição dos proprietários que não queriam perder bens tão valiosos.

Desde o século XVII, surgem os roubos de embarcações para facilitar a fuga para as ilhas vizinhas. E eram os que tentavam deixar a ilha que recebiam as penas mais severas: amputação da perna na altura do joelho (ou o corte do tendão). Para os chefes dos bandos, as penas eram a morte ou as galés.

26. DEBIEN, Gabriel. *Op. cit.*, p. 413.

27. *Id.*, *ibid.*, p. 425.

Os proprietários entretanto procuram subtrair seus escravos à Justiça: não dão parte imediatamente da fuga, concedem uma espécie de anistia aos que voltam até um mês depois e criam castigos corporais que não invalidem os escravos para o trabalho (como a marca da flor de lis, p. ex.). A partir do início do século XVIII, criam um sistema de dar uma “batida” geral por mês em toda a ilha para recuperar parte dos marrons. É interessante notar que poucas mulheres fogem mas muitas são raptadas pelos fugitivos.

Os mulatos começam a chefiar a repressão e passam a ser odiados. Alguns padres são suspeitos de dar guarida a fugitivos, quer por motivos humanitários, quer para colocarem-nos a seu serviço.

Os historiadores franceses que se apóiam nos documentos existentes – cartas pessoais, relatórios oficiais dos senhores de escravos, bem como nas crônicas da época, principalmente as de P. Dutertre e as de P. Labat – têm uma tendência a atribuir as fugas à negligência dos gerentes, à inflexibilidade de certos proprietários, à má alimentação e ao excesso de castigos corporais. Mesmo grandes marronagens são vistas como revoltas contra certos capatazes ou ecônomos ou até mesmo gerentes.

Os historiadores e antropólogos do Caribe vêem na marronagem uma forma de resistência à escravidão: até os Caraíbas teriam percebido isso. Os livros de Jean Fouchard (haitiano) começam atacando os historiadores europeus e Debien (francês), no fim do seu capítulo sobre marronagem, diz:

*Des ethnologues haïtiens avancent que le marronage a été essentiellement une réaction des coutumes africaines contre les moeurs coloniales en général et contre la société créole, qu'en s'enfuyant c'étaient leur*

*tradition à eux, cette liberté qu'ils voulaient retrouver.*<sup>(28)</sup>

Ele conclui que para tanto seria preciso apresentar provas:

*Les biographies des premiers chefs d'insurgés, celles des grands de grandes bandes de marrons, nous apporteraient ici des éclaircissements [...] J'admirerais celui qui les écrira, et qui ne sera pas un romancier.*<sup>(29)</sup>

A não ser que ele creia em depoimentos do além, a admiração dele será poupada.

No início do século XVIII, existem 28 mil escravos nas colônias francesas: 14.500 na Martinica, 9 mil em Saint Domingue e 4.700 na Guadelupe (contra 120 mil nas ilhas inglesas: 60 mil na Jamaica, 40 mil em Barbados, 10 mil em Antígua).

Alguns anos antes (1685), fora promulgado o *Code Noir* que tinha sido preparado por Colbert visando coibir os abusos que se praticavam nas Antilhas contra os escravos.

O *Code Noir* inspirava-se no Direito Romano antigo onde o escravo era considerado um bem móvel. Sob a influência da recente revogação do édito de Nantes, a propriedade de escravos era reservada aos católicos romanos. Pelo Código, os escravos deveriam ser batizados na fé católica e tinham direito ao repouso dominical. Assegurava o direito à alimentação, à roupa e à habitação. Previa ainda o amparo aos velhos e doentes

28. *Id., ibid.*, p. 464.

29. *Id., ibid.*, p. 469.

(na realidade os escravos morriam moços). O casamento entre escravos era encorajado e na venda de escravos, o marido, a mulher e os filhos não podiam ser separados. As relações sexuais entre senhores e escravas passaram a ser passíveis de punição.

O *Code Noir* procurou evitar os castigos excessivos e as torturas e atribuía aos magistrados a fixação das penas. Os escravos poderiam se queixar ao juiz dos maus tratos sofridos. Mas toda tentativa de revolta deveria sofrer castigos severos. Na realidade, os grandes senhores faziam suas próprias leis. Com o *Code Noir* reconhece-se a "question de couleur". O que se queria realmente era impedir o casamento entre raças diferentes. Os primeiros brancos uniram-se a índias e a negras mas, quando as esposas brancas dos colonos começaram a chegar, proíbe-se o casamento entre pessoas de raças diferentes e principalmente proíbe-se o reconhecimento de filhos de escravos e a possibilidade de eles herdarem. Colbert dizia:

*L'esclavage a imprimé une tâche ineffaçable sur la postérité des nègres, et par conséquent ceux qui en descendent ne peuvent jamais entrer dans la classe des Blancs.*<sup>(30)</sup>

A alforria – freqüente no Direito Romano – torna-se mais difícil. Existe uma evidente preocupação de que o poder continue concentrado nas mãos de uma minoria branca.

Na verdade, o *Code Noir* é "la reconnaissance officielle [...] de l'institution qui depuis un demi-siècle fonctionne aux colonies."<sup>(31)</sup>

30. Citado por DEVÈZE, Michel. *Op. cit.*, p. 193.

31. GISLER, Antoine. *L'esclavage aux Antilles Françaises: du XVII<sup>e</sup> au XIX<sup>e</sup> siècles*. Fribourg, Eds. Universitaires, 1965, p. 33.

No século XVIII, a economia da plantação conhece progressos fantásticos. Aumenta o número de escravos, diversifica-se o trabalho, exige-se maior rentabilidade da mão-de-obra. Com a extensão da cultura da cana-de-açúcar diminui a plantação de gêneros alimentícios e aumenta a subnutrição, para não dizer a fome.

Como necessidade de reagir contra a violência e contra a superioridade numérica dos escravos, instala-se o controle e a repressão. O senhor de plantação todo-poderoso ignora os organismos da justiça local:

*L'échec des ambitions du Code est dû à l'exécutif: dans l'administration locale notamment ce n'est pas un détenteur de l'autorité que nous avons rencontré, mais un spectateur et bientôt un complice.*<sup>(32)</sup>

O elemento fundamental para a manutenção da ordem nas colônias foi a instauração da política do preconceito de cor. Essa política pode ser resumida em quatro etapas: 1 - colocar os libertos, seus descendentes e os escravos num mesmo grupo: o da raça negra; 2 - manter a raça negra num estado permanente de humilhação. Os brancos se apresentam como superiores e o fosso entre as raças é intransponível; 3 - manter na colônia a crença de que os negros estão condenados à escravidão e os brancos destinados a mandar; e 4 - dar um conteúdo racial à divisão aristotélica entre homens livres e escravos.

O poder procurará impedir que negros e mulatos tenham acesso a títulos (1703), às terras, a bens, a cargos (1774). Em 1720, ficam proibidos de se vestir bem, de usar objetos de luxo.

32. *Id. ibid.*, p. 74.

Mas os próprios senhores de engenho acabam criando dificuldade para a manutenção dessa ordem que queriam preservar a qualquer preço:

*Un des phénomènes marquants de la vie coloniale au XVIII<sup>e</sup> siècle fut ce qu'on a appelé l'absentéisme des maîtres, l'usage de passer la conduite de leur habitation à un "procureur" ou "économe-gérant" pour aller goûter la joie de vivre en France. Habités au service de leurs esclaves, ils prirent la coutume d'adjoindre certains d'entre eux, coutume qui suscita bientôt les protestations de l'autorité.<sup>(33)</sup>*

O negro na Metrópole se instrui, e surge o temor – na Metrópole e nas colônias – de que ele possa perder o medo, a humildade, o desprezo por si próprio. Um administrador não identificado escreve em 1777 a respeito desse grande número de escravos que circulam em torno da corte:

*[...] s'ils retournent en Amérique, y apportent l'esprit de liberté, d'indépendance et d'égalité qu'ils communiquent aux autres, détruisent les liens de la discipline, de la subordination et préparent aussi une révolution dont les colonies voisines fournissent déjà des exemples et que la vigilance la plus active ne saurait prévenir.<sup>(34)</sup>*

33. *Id.*, *ibid.*, p. 87.

34. Citado por GISLER, Antoine. *Op. cit.*, p. 88.

Nesse mesmo ano, todo negro, mulato ou outra pessoa de cor fica proibido de entrar na Metrópole. No fim do século XVIII, Villaret, capitão-geral da Martinica e de Santa Lúcia, pede o fechamento das escolas pois a instrução é incompatível com a escravidão.

No fim do século também, devido à intensidade do tráfico nas décadas anteriores, começa a haver dificuldades para obtenção de novos escravos. Os preços sobem vertiginosamente. Os escravos passam a ser encarados como um capital que deve ser mais bem administrado. Se de um lado era uma precaução contra os ataques dos abolicionistas, por outro lado era uma atitude filantrópica que podiam se permitir aqueles que não viviam mais só da exploração deles. A resultante é que numa certa medida os escravos começam a ter um melhor tratamento.

De 1748 a 1786, Luís XVI procura proteger os escravos instituinto a pena de morte para o assassinato de escravos em quaisquer condições, proteção para as mulheres grávidas, garantias de alimentação e repouso, cuidados com a saúde. Na realidade os assassinos continuarão impunes, mas os atos de extrema crueldade, outrora muito frequentes, tendem a se tornar raros.

No início do século XVIII, a França se lança decididamente ao tráfico negreiro e, com a importância crescente do açúcar, *"les Antilles devenaient un champ de bataille de l'Europe [...] et [...] le royaume de l'interlope"*.<sup>(35)</sup> França, Inglaterra, Holanda e Espanha lutam nos dois continentes.

35. DEVÈZE, Michel. *Op. cit.*, p. 248.

De 1717 a 1753, a Martinica quadruplicou sua produção de açúcar. O seu alto preço fez com que todas as terras disponíveis fossem ocupadas pela cana, eliminando as pequenas plantações dos escravos. A consequência imediata foi a insuficiência de víveres e o aumento da fome entre os escravos. Intensificou-se um comércio "clandestino" com os Estados Unidos, que burlava dois sistemas de Exclusivo: Antilhas-França e Estados Unidos-Inglaterra.

Não se trata mais nas Antilhas apenas de exploração agrícola de açúcar, moinhos de café, de índigo, produção de rum, algodão. É preciso assinalar também a importância crescente do algodão e do café substituindo às vezes a cana. Apesar dos limites impostos pela Metrópole, as Antilhas, nos últimos 25 anos do século XVIII, adquirem uma importância estratégica e econômica crescente.

Saint-Domingue, "perle des Antilles", produz, em 1789, 86 mil toneladas de açúcar.<sup>(36)</sup> A França toda beneficia-se desse fluxo enorme de dinheiro que entra, porque ela exporta parte do que recebe e porque as colônias são mercados cativos de seus produtos. Prova visível até hoje é a prosperidade das cidades portuárias para onde se dirigiam os navios das Antilhas: Nantes, Bordeaux, Marseille e Le Havre.

Voltaire no seu *Essai sur les mœurs*, ainda em 1753, dizia:

*[La Martinique et la Guadeloupe] sont des points sur la carte mais enfin ces pays qu'on peut à peine*

36. Cf. PLUNCHON, Pierre (dir.). *Histoire des Antilles et de la Guyane*. Toulouse, Privat, 1982, p. 113.

*apercevoir sur une mappemonde ont produit en France une circulation annuelle d'environ soixante millions de marchandises.*<sup>(37)</sup>

Mas com as guerras sucessivas, a França vai perdendo suas possessões. Com a guerra de Sucessão da Áustria, perde Granada e as Granadinas. Em 1762, os ingleses ocupam a Martinica, Dominica e S. Vicente. Só a Martinica volta à França em 1763. Em 1783, pelo tratado de Versalhes, a França conserva ainda Santa Lúcia, mas as guerras da Revolução e do Império provocaram novas ocupações inglesas da Martinica e Santa Lúcia de 1794 a 1802 e de 1809 a 1814, quando Santa Lúcia passa definitivamente para o domínio inglês.

Nessas guerras muitos negros foram convocados a lutar e receberam armas. Alguns deles já tinham participado – nas tropas francesas – da guerra pela independência dos Estados Unidos. Como aqueles que tinham ido à Europa, voltam mais informados e mais conscientes de seus direitos.

Em 1792 a Assembleia Legislativa francesa concede os direitos políticos aos "homens de cor"<sup>(38)</sup> livres. Só em 1794 será decretada a libertação geral de todos os escravos em território francês.

Durante o período revolucionário francês, a Martinica e a Guadelupe conhecem dias de febril agitação. É interessante

37. VOLTAIRE. *Essai sur les mœurs et l'esprit des nations*. Paris, Hachette, 1895, p. 274.

38. Por "homem de cor" nas Antilhas entende-se os negros que têm uma parcela de sangue branco.

notar a profusão de detalhes conhecidos sobre os acontecimentos cotidianos de Saint-Pierre e Fort-de-France nesse período, com abundantes citações de cartas, relatórios e outros documentos. Várias crises se sobrepõem: a rivalidade entre a velha Saint-Pierre e a emergente Fort-Royal; a oposição entre negociantes (estabelecidos nessas duas cidades portuárias) e os senhores de plantações do interior da ilha, oposição agravada pelo aviltamento dos preços do açúcar, que coloca os plantadores à mercê dos negociantes; a tensão entre brancos e "homens de cor" livres; a luta monarquistas *versus* republicanos; habitantes da ilha contra a Metrópole, para só citar as mais evidentes.

Como se pode verificar na enumeração acima, os negros aparentemente estariam excluídos dessa agitação.

Em 1793 Rochambeau chega à Martinica para levar até a ilha o novo governo republicano. Os senhores de plantações fogem para outras ilhas e em fevereiro de 1794 os ingleses desembarcam na Martinica. A Convenção, em 16 *pluviôse* ano II (4 de fevereiro de 1794), vota a abolição da escravatura, que será proclamada em julho do mesmo ano; mas isto não terá nenhum efeito na Martinica. Ela só voltará a ser francesa em 1802, pelo tratado de Amiens; Napoleão, que por seu casamento com Joséphine de Beauharnais, da aristocracia crioula, comprometera-se com a classe dos plantadores, reintroduz a escravidão nas ilhas.

Enquanto a Guadelupe e o Haiti mergulhavam em terríveis batalhas e forjavam seus heróis-míticos (Delgrès, Toussaint-Louverture, Dessalines, Christophe) a Martinica, colocando-se sob domínio inglês, encontrava uma saída lateral para não enfrentar os problemas decorrentes da abolição da escravatura.

Durante toda a época napoleônica, a Martinica teve problemas com os ingleses, que só abandonarão definitivamente a ilha em 1816, após a queda de Napoleão.

Com a Restauração, um grande esforço vai ser feito para apagar as marcas deixadas pelos períodos revolucionário e napoleônico:

*Une politique extrêmement répressive va s'efforcer de rétablir le système de l'esclavage, s'attaquant aux esclaves comme aux libres, entraînant des révoltes périodiques, matées avec une brutalité qui n'a d'égale que la peur des Blancs de voir se rééditer la révolution haïtienne.<sup>(39)</sup>*

No entanto, várias brechas no sistema começam a se tornar cada vez mais visíveis. O grande problema a ser enfrentado por todos é a concorrência metropolitana do açúcar de beterraba: novas alianças e oposições se constroem em vista de uma redefinição do mercado açucareiro. Por outro lado, a República deixara marcas:

*Le fait que l'intégration avait été, un temps, l'idéologie de l'Etat apporte aux libres un appui d'autant plus sérieux qu'elle est désormais liée au parti du mouvement en France où l'opposition libérale recoupe la montée d'une bourgeoisie industrielle dont les alliances ne sont pas celles de la bourgeoisie marchande des ports de l'ouest.<sup>(40)</sup>*

39. PETITJEAN-ROGET, Bernard. Pour comprendre la situation économique des Antilles. *Les Temps Modernes*, Paris, 39 (441/442), avr./mai, 1983, p. 1.858.

40. FREDJ, Jacques. L'assimilation dans l'histoire antillaise. *Les Temps Modernes*, Paris, 39 (441/442), avr./mai, 1983, p. 1.843.

Em outubro de 1822, ocorre a revolta do Carbet. Um grupo de "livres de fato"<sup>(41)</sup> provoca um tumulto com a notícia da apreensão de um navio negreiro francês. Corre o rumor do fim do tráfico. Saldo: dois mortos e sete feridos.

A reivindicação dos "homens de cor" livres permanece: a igualdade civil e política. Eles não colocam entre suas exigências a urgência da abolição da escravidão nem procuram a aliança com os escravos. Pelo contrário, procuram se distinguir deles. Com isso, não atraem a cólera nem da Metrópole, nem dos senhores de plantação. Mas um fato a princípio insignificante precipita os acontecimentos. Um grupo de mulatos livres, entre eles Bissette, publica em 1824 um panfleto: *La situation des hommes de couleur libres dans les Antilles Françaises*. Após um julgamento sumário, 15 acusados são condenados a trabalhos forçados perpétuos e a serem marcados com ferro, mais ou menos 150 são banidos e uns 300 parentes seguem-nos no exílio. A elite dos "homens de cor" livres deixa o país. O caso foi explorado pelos liberais perante a opinião pública da Metrópole. O julgamento foi revisto, e Bissette ganhou a liberdade e grande popularidade. A revolução do Haiti exercia uma grande atração sobre esses homens, ainda mais porque, de 1807 a 1884 nesse país, são os mulatos que estão no poder.

Em 1830 Luís Felipe reconhece os livres como iguais, mas a instituição do sufrágio censitário estabelece tantos requisitos para poder votar que na realidade os livres continuarão a não ser reconhecidos politicamente. Há revoltas e prisões. Nesse momento, os "homens de cor" livres se dão conta de que só a

41. "Livres de fato" eram aqueles que gozavam das regalias de homens livres sem que tivessem os documentos necessários para tal. Por causa disso eram frequentemente ameaçados pelas autoridades de retornar ao cativo.

supressão total do direito colonial, e conseqüentemente o desaparecimento da escravidão, poderá torná-los iguais juridicamente aos brancos:

*L'année du tournant fut 1824: l'affaire Bissette [...]. La lutte contre l'esclavage va entrer dans une phase nouvelle. Les libres commencent à comprendre que leurs aspirations ne pourront être satisfaites que s'ils mettent en branle la seule force capable de renverser l'édifice esclavagiste: la masse des esclaves. Ainsi se soudra progressivement l'alliance de combat des esclaves et des libres.*<sup>(42)</sup>

Por outro lado, a abolição era exigida também pela evolução econômica internacional. Em 1833 a Inglaterra suprime a escravidão em suas colônias. O próprio Schoëlcher declara que esta era "un frein au progrès technique". A modernização da Inglaterra irrita os comerciantes e financistas franceses que vêem a potência inimiga açambarcar o mercado internacional. Os grandes latifúndios escravagistas coloniais revelam-se incapazes de enfrentar competitivamente a concorrência dos usineiros metropolitanos e a nova ordem capitalista.

A partir de 1840, o governo tem evidente interesse na supressão do trabalho servil.

Um outro fator deve ser citado: entre 1830 e 1832, 25.661 escravos ou ex-escravos tornam-se oficialmente livres. Isso vai acarretar mudanças no grupo de homens livres. Entre esses novos livres muitos já são "livres de fato", outros são escravos

42. NICOLAS, Armand. *La révolution anti-esclavagiste de mai 1848 à la Martinique*. Fort-de-France, Action, 1967, p. 8.

recém-alforriados (a maioria operários, artesãos, camponeses) mais próximos dos escravos que os outros livres que, embora ainda sem direitos políticos, já são advogados, juízes, funcionários da administração.

Essas novas alforrias promovem a aproximação entre os livres e os escravos.

Muitas leis são votadas concedendo direitos aos livres e aos escravos, mas ainda existe uma forte oposição à abolição.

Aimé Césaire, no seu ensaio "Victor Schoëlcher et l'abolition de l'esclavage", realça a contribuição de Schoëlcher na erradicação do trabalho servil das colônias francesas com o argumento de que Tocqueville, De Broglie e outros liberais temiam a abolição imediata e total da escravatura e defendiam medidas cautelosas e protelatórias.

A 22 de janeiro de 1844, o proletariado de Paris encaminha ao governo uma petição pedindo o fim da escravidão e afirmando que nenhuma condição é pior do que a falta de liberdade.

Em 1845 firma-se a possibilidade para o escravo de formar um pecúlio e comprar sua liberdade. Nesse mesmo ano, o governo cria um fundo (irrisório) para a indenização dos proprietários que libertarem seus escravos.

Em fevereiro de 1848, cai a monarquia; a 3 de março, é criada uma comissão para implantar a abolição. A hesitação é a tônica das reuniões. A 24 de março, Perrion diz: "Patience, espérance, union, ordre et travail, c'est ce que je vous recommande à tous."<sup>(43)</sup> Mas na Martinica a inquietação cresce em face de sinais de que a implantação da abolição pode ser retardada.

43. CÉSAIRE, Aimé. Introduction aux *Oeuvres* de Victor SCHOËLCHER. Paris, P.U.F., 1954, p. 15.

Nesse momento, o governo francês envia um emissário (cuja proclamação foi objeto de análises contundentes de Césaire e Glissant) tentando acalmar os ânimos exaltados e atribuindo a culpa da escravidão a Luís Felipe.

No dia 22 de maio, explodem revoltas no Sul e no Norte. Os escravos descem dos morros e concentram-se nas comunas. As concentrações crescem perigosamente e em Fort-de-France a agitação adquire proporções alarmantes. Em Le Prêcheur travam-se batalhas entre escravos e brancos e em Saint-Pierre várias casas são incendiadas. Os próprios burgueses pedem que não se espere o decreto de Paris, onde Schoëlcher luta para arrancá-lo de mãos temerosas.

A 23 de maio de 1848, a escravidão é abolida na Martinica, alguns dias depois na Guadelupe. Segundo Raymond Renard, com a morte de algumas mulheres, crianças e dois colonos brancos.

Uma pergunta é constantemente feita: por que a Revolução de Maio não seguiu o mesmo caminho da revolução do Haiti? É o que tentam responder os historiadores martinicanos:

*À l'inverse de la Révolution haïtienne, qui vit la classe des esclaves et ses chefs issus de son sein jouer le rôle dirigeant, à la Martinique ce fut la petite et moyenne bourgeoisie de couleur qui assura la direction politique et idéologique. Or, cette couche sociale, fortement imprégnée de culture française, était depuis longtemps porteuse des idées qui tendaient à revendiquer l'égalité civique et politique entre Blancs et hommes de couleur. Sa revendication principale, c'est l'accession à la citoyenneté française, l'assimilation à ce qu'elle appelle déjà la "mère patrie". [...] Ce n'est pas par hasard que*

MUITO IMPORTANTE

*la révolte de mai se fait aux cris de "Vive la République" et tous les plis du drapeau tricolore.*<sup>(44)</sup>

Com o advento da República e a abolição da escravatura, o problema que começou a preocupar imediatamente a burguesia "de cor" foi as eleições. Ela queria obter (e obteve) o apoio (ou o controle?) das massas de escravos recém-libertos.

A 2ª República estabelece nas colônias um regime transitório com atribuições de poderes extraordinários ao Comissário-geral, a fim de que possa fazer as mudanças políticas e sociais. Os esforços de Schoëlcher se fazem no sentido de uma assimilação das colônias pela Metrópole. O mais urgente era acertar as indenizações aos proprietários de escravos a fim de evitar sua revolta.

Mas a República de 1848 pouco durou. Estava ainda se organizando quando o golpe de Estado de Luís Napoleão em 1851 provoca uma nova mudança nas instituições.

A Constituição do 2º Império promulgada em janeiro de 1852 reservou a administração das colônias ao Senado. O decreto da abolição não é tocado. A nova administração, embora tenha uma política econômica liberal, apresenta um caráter autoritário e centralizador. O governador da colônia tem o direito de nomear prefeitos, adjuntos e conselheiros municipais. São criados dois conselhos cujos membros são direta ou indiretamente escolhidos pelo governador.

A 13 de fevereiro de 1852, o governo torna o trabalho obrigatório e inicia uma grande repressão à "vagabundagem". Ninguém pode deixar a comuna onde trabalha sem autoriza-

44. NICOLAS, Armand. *Op. cit.*, p. 30.

ção do governo. As pessoas apanhadas em delito são condenadas a trabalhos forçados em situação muito humilhante. Essas leis eram sentidas como um retorno à escravidão.

Os senhores de plantação pressionam o governo para obter autorização de importar mão-de-obra. A partir de 1853, 30 mil imigrantes, entre europeus, chineses, japoneses (em pequeno número), africanos (9 mil) e indianos (grande maioria) chegam às Antilhas Francesas. Desses, após dois decênios, restarão alguns africanos, 5 mil indianos e uns raros chineses. Os outros morreram ou voltaram a seus países de origem.

Por outro lado, muitos ex-escravos, não tendo para onde ir, permanecem na plantação. Pedem direitos sobre o seu "jardim" e sobre sua cabana e trabalham a meias. Isso será origem de muitas discussões porque eles se verão eternamente endividados. A consequência será a progressiva exigência de um salário que, com a chegada dos imigrantes, sofre evidentemente uma grande baixa.

Os *békés*<sup>(45)</sup> escrevem ao ministro das colônias pedindo medidas que impeçam o acesso dos ex-escravos à escola pois esta afasta o homem do trabalho agrícola. Institui-se o pagamento de uma taxa escolar que diminuirá sensivelmente o número de alunos. Criam-se escolas agrícolas para os filhos dos trabalhadores do campo.

O poder das "grandes famílias" locais aumenta. Facilita-se o crédito bancário para que a produção açucareira possa ser modernizada. Instalam-se usinas, moderniza-se o porto, instalam-se linhas de telefone e constroem-se algumas estradas, tudo

45. Os *békés* constituem a minoria branca dos proprietários de plantações; seus descendentes, graças ao regime de casamentos internos, conservaram o controle da maioria das riquezas locais.

para facilitar o escoamento da produção de açúcar, que dobra entre 1853 e 1870.

Esse desenvolvimento da produção açucareira não impede o aparecimento de manifestações de descontentamento. Segundo Armand Nicolas, o indício visível são os incêndios das casas senhoriais das plantações.

Por outro lado, o período pós-abolição viu crescer a classe de pequenos camponeses. Os pequenos e médios proprietários emigraram ou venderam uma parte de suas terras. Embora os *békés* da Martinica costumassem comprar todas essas terras, alguns antigos escravos conseguiram ficar proprietários de pequenos lotes dando origem ao aparecimento de um campesinato de pequenos plantadores de víveres, independentes. "*Ils sont nombreux dans le Sud de l'île, notamment à Rivière Pilote.*"<sup>(46)</sup>

O fim do 2º Império (apesar do seu apego às colônias do Caribe) foi saudado calorosamente, o que denota sua impopularidade.

A proclamação da 3ª República encontra a Martinica vivendo um período agitado pela tensão existente entre os *békés* e a burguesia "de cor" que exigia acesso às responsabilidades políticas e exercia uma certa liderança sobre as massas trabalhadoras.

O mais recente estopim tinha sido o caso Lubin: um negro maltratado sem motivo por brancos se revolta e, apesar dos numerosos testemunhos a seu favor, foi rapidamente julgado e condenado a cinco anos de prisão. Os ânimos se acirram.

No dia 21 de setembro, chega o navio com o decreto da proclamação da 3ª República. No dia seguinte, ela é proclama-

46. NICOLAS, Armand. *L'insurrection du Sud à la Martinique (septembre 1870)*. Fort-de-France, Action, 1970, p. 5.

da na Martinica. Logo após a leitura da proclamação em Rivière-Pilote, os homens se reúnem e vão interpelar os autores da condenação de Lubin. Recebidos à bala, incendiam casas em várias plantações. O Exército é chamado e as escaramuças se sucedem. O número de adesões aos insurretos cresce rapidamente. Africanos e indianos integram-se no movimento onde se destacam o entusiasmo dos jovens e o grande número de mulheres.

A burguesia "de cor" apoia os *békés* na esperança de conseguir uma aliança para as próximas eleições. Organizam-se grupos de voluntários que se unem às tropas do Exército. Após dois dias, os revoltosos são dominados. Efetuam-se 500 prisões e 75 condenações: seis dirigentes são sumariamente condenados à morte e executados, oito são condenados à morte e executados mais tarde, 28 foram condenados a trabalhos forçados perpétuos e 33 a penas temporárias.

A Insurreição do Sul se situaria na passagem da sociedade escravocrata para a sociedade capitalista. Segundo Pluchon, seria uma intervenção da massa das classes populares até então quase sempre omissa. Armand Nicolas tem uma opinião mais entusiasta:

*Révolte populaire, soulèvement paysan pour la terre, la liberté et la dignité, l'insurrection du Sud est dans une large mesure la dernière des "révoltes d'esclaves".*<sup>(47)</sup>

As eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, em abril de 1871, abrem a disputa para a representação parlamentar das colônias. O partido "de cor" propõe aos brancos uma

47. *Id.*, *ibid.*, p. 46.

lista comum de candidatos. Estes recusam a aliança e optam pela abstenção. Os “homens de cor” conservadores seguem seu exemplo. O partido “de cor” ganha a maior parte dos lugares nos Conselhos Regionais e elege os representantes da Martinica: Victor Schoëlcher e o mulato Perrinon.

*Dans les trois colonies, cette période est surtout caractérisée par le rôle politique qui échet à la bourgeoisie de couleur. Celle-ci avait peu à peu acquis, depuis le début du XIX<sup>e</sup> siècle une position non négligeable. Très souvent instruite on y recense des membres des professions libérales, avocats, médecins, pharmaciens, enseignants; très active dans le petit commerce, elle constitue l'élite de la population non blanche. Son influence s'explique par la défection des Européens. Ceux-ci refusent le plus souvent de participer à la politique, parce qu'ils estiment que le suffrage universel ne leur permet pas de faire triompher leurs droits. Ils s'abstiennent donc purement et simplement, laissant vide une place que les hommes de couleur s'efforcent de combler, constituant une bourgeoisie progressiste, proche par les idées du parti radical, solidement républicaine, qui revendique toutes les libertés.<sup>(48)</sup>*

O governador nomeado pelo ministro das Colônias continua com um poder muito grande, mas o Conselho começa a ser mais representativo da oligarquia local. Uma parte da burguesia “de cor” torna-se cada vez mais conservadora. Estabele-

48. PLUCHON, Pierre. *Op. cit.*, p. 415.

cem-se canais mais eficazes com a Metrópole, tornando os vínculos mais fortes. Aparentemente, o estatuto colonial não foi questionado antes da 2<sup>a</sup> Guerra Mundial.

Em 1871 cria-se o ensino primário gratuito leigo na Martinica. Paralelamente, trava-se uma luta para revogar a interdição dos filhos ilegítimos “de cor” de frequentarem as escolas religiosas. Considerando-se a importância da ilegitimidade na estrutura social martinicana, essa luta assume uma importância particular: a de ver reconhecidos os valores das sociedades locais. Em 1881, é criado o Lycée Saint-Pierre da Martinica.

A burguesia “de cor” luta pela integração (assimilação) na sociedade francesa. Quer inclusive a adoção do serviço militar obrigatório, que teria o valor de uma assimilação política. O discurso dessa burguesia lembra o do Terceiro Estado na Revolução Francesa.

Enquanto isso, o açúcar das colônias – na sua luta contra o açúcar de beterraba – vê seu preço diminuir perigosamente. Por outro lado, diminui também a sua produção. Em 1883 existem 510 empresas agrícolas açucareiras com uma renda média de 20 mil francos franceses; em 1887 elas serão de 456 com a renda decrescida para 9.500 FF.

A ação dos brancos cresce em número e em importância. Na Martinica os békés, mais organizados, conseguem comprar as terras e conservar as rédeas do poder local: “Qu'ils soient propriétaires ou usiniers, ils dominent une grande masse de salariés agricoles”<sup>(49)</sup>. Na Guadelupe existe uma intervenção do capital metropolitano. Sociedades anônimas compram as terras e as

49. *Id.*, *ibid.*, p. 419.

exploram, modificando as relações entre os proprietários da terra e os que nela trabalham.

Com a crise do açúcar, as usinas diminuem os salários; como reação, os trabalhadores se organizam paulatinamente. Em 1882, há uma grande greve dos trabalhadores agrícolas. A burguesia "de cor" defendia o direito, a justiça e a igualdade racial, mas não se interessava por salários ou condições de trabalho da grande massa. A escola pública vai permitir o aparecimento de uma pequena burguesia negra, que vai reivindicar o papel até então atribuído aos mulatos. É criado um partido progressista que ganha as eleições em 1898. As greves operárias se sucedem e o saldo da violência aumenta. Em 1901 é criado o Partido Socialista em Saint-Pierre.

A Metrópole começa a se inquietar com a frequência e a violência das greves nas ilhas: 1897-1898, 1900, 1904; e a imagem de Paraíso Tropical começa a ser corroída.

A própria direita francesa denuncia o desemprego, a subnutrição devido à falta de bacalhau, base da alimentação popular. Os operários queimam as plantações na Guadelupe. Em 1900, na comuna de François, na Martinica, o Exército mata 23 grevistas. Os jornais franceses colocam-se contra os grevistas. Uma corrente da opinião pública manifesta-se favoravelmente à venda das ilhas aos Estados Unidos.<sup>(50)</sup>

Em 1902 ocorre a grande catástrofe de Saint-Pierre com a erupção da Montagne Pelée. Numa só noite desaparecem 30

50. ANTOINE, Régis. *Les écrivains français et les Antilles*. Paris, eds. Maisonneuve et Larose, 1978, p. 309.

mil pessoas, um terço da população da ilha.<sup>(51)</sup> Casas, navios, plantações, tudo fica reduzido a cinzas. A densidade populacional da região era alta devido à fertilidade na zona do vulcão e devido à intensa vida social e econômica da cidade. Morre nessa tragédia a maior parte da oligarquia local, a parte mais conservadora, mais tradicional. Com Saint-Pierre, desaparecem também os grandes comissários, intermediários metropolitanos na compra e venda de açúcar e que mantinham os grandes usineiros sempre dependentes de suas decisões:

*L'éruption de la Montagne Pelée en 1902 ayant détruit totalement la ville de Saint-Pierre et anéantit ses habitants, de nouvelles maisons de commerce devront être créées par les usiniers eux-mêmes dans les débuts du XX<sup>e</sup> siècle.*<sup>(52)</sup>

Paradoxalmente, portanto, as grandes famílias martinicanas aumentam seu poder com a catástrofe. A tensão

51. Embora, já há alguns dias, o vulcão desse sinais de intensa atividade interna, o governador da Martinica, preocupado com as eleições do dia 9 de maio e temendo que os habitantes de Saint-Pierre, tradicionalmente conservadores, abandonassem a ilha, chega de Fort-de-France com toda a sua família para participar das festas da Ascensão. Sua presença tranquiliza a população, que permanece na cidade. Na manhã de 8 de maio um jato de ar quente de mais de 700 °C escapa por uma fenda lateral da montanha e destrói inteiramente a cidade e todos os seus habitantes. O único sobrevivente foi um jovem, trabalhador agrícola, preso por embriaguez, que dormia no calabouço situado numa gruta subterrânea.

52. JAMARD, Jean-Luc. "Les Békés sont des judokas..." *Les Temps Modernes*, Paris, 39 (441/442), avr./mai, 1983, p. 1.875.

entre usineiros e trabalhadores aumenta e a repressão também. Alguns líderes socialistas negros começam a falar em colaboração de classes, aliança entre o capital e o trabalho, *“faire ensemble un bout de chemin...”*

Com o advento da 1ª Guerra Mundial, as necessidades mundiais de açúcar (grande energético) e álcool (empregado na fabricação de explosivos) aumentam prodigiosamente e seus preços também. Paralelamente, a produção da Metrópole cai a níveis muito baixos, permitindo a entrada do produto colonial em novos mercados. Os plantadores e usineiros das colônias aumentam sua produção e seus lucros. Estimulados pelas facilidades encontradas, iniciam a comercialização de outros produtos tropicais, como a banana e o abacaxi. Segundo Regis Antoine, 90% dos lucros são enviados para a Metrópole. Como os 10% restantes permanecem nas mãos de poucos, estes conseguem aumentar consideravelmente suas fortunas.

Ao término do conflito, a França tem dívidas de guerra a pagar aos Estados Unidos. Estes, que já tinham ocupado Cuba, Porto Rico, Haiti e Santo Domingo, propõem a compra da Martinica e Guadelupe a fim de garantir seu controle total da zona do canal do Panamá. Na França, levantam-se vozes admitindo essa possibilidade enquanto os antilhanos reagem com indignação. Afinal, graças à criação da lei do serviço militar nas colônias, os antilhanos durante a Guerra tinham contribuído com seu “imposto de sangue”: 64% dos 50 mil martinicanos, guadelupeanos e guianenses convocados, segundo Lépine, morreram, desapareceram ou ficaram inválidos.

Por outro lado assiste-se na França – e em todo o mundo ocidental – a um interesse crescente pelo “povos exóticos”. As civilizações africanas, orientais fascinam os espíritos desencan-

tados com a velha civilização européia. As Antilhas ficam na moda:

*Une certaine mode de l'exotisme mettra l'accent sur les territoires lointains. C'est l'époque de l'Exposition Coloniale, de la biguine et des bals doudous.*<sup>(53)</sup>

Mas nas ilhas a tensão aumenta. Os plantadores-usineiros, inquietos com as grandes oscilações dos preços no mercado mundial e pela sua total dependência em relação à economia da Metrópole, tentam explorar ao máximo a mão-de-obra local. As greves se sucedem – 1923, 1925 – e seu saldo é sempre sangrento.

*L'entre-deux-guerres constitue l'Âge d'or de la canne à sucre à la Martinique malgré les deux crises de 1919-1921 et surtout de 1929-1935 qui ont perturbé la production et le marché mondial du sucre. Affolés plus que réellement touchés par la “grande dépression”, les békés martiniquais ont cru pouvoir prendre les devants et tâché de faire payer aux travailleurs les frais de la crise, déclenchant une riposte massive des ouvriers agricoles.*<sup>(54)</sup>

Com a crise de 1930, o império colonial torna-se mais do que nunca “*chasse gardée*” da Metrópole. A economia das colônias deve ser complementar e não concorrente à da Metrópole.

53. PLUCHON, Pierre. *Op. cit.*, p. 428.

54. LÉPINE, Edouard de. *La crise de février 1935 à la Martinique: la marche de la faim à Fort-de-France*. Paris, L'Harmattan, 1980, p. 27.

Paralelamente, a França vê com temor irromper nas suas colônias do Caribe a política comunista que será uma das marcas a diferenciar as Antilhas francesas do resto do arquipélago.

Na Martinica, *békés* e governadores fazem campanhas anti-comunistas, em particular no jornal católico *La Paix*.

Para fazer face ao desemprego, a Metrópole começa a executar um tímido projeto de modernização das ilhas: estradas, porto, eletrificação, liceu e hospital.

As grandes famílias apoderam-se dos incentivos fiscais destinados aos pequenos agricultores, sonegam impostos e elegem os deputados para protegê-los em Paris. Os pequenos agricultores vão à falência e a miséria grassa entre os trabalhadores agrícolas.

Os socialistas se opõem aos comunistas, e a sindicalização encontra dificuldades. Com o crescimento da rede escolar, muitos têm acesso à instrução. Cresce o número de eleitores, mas institucionaliza-se a fraude eleitoral, um dos elementos mais recorrentes no anedotário popular.

Em 1933 o jornal *Justice*<sup>(55)</sup>, pertencente ao grupo *Jean-Jaurès* e de tendência comunista, publica uma série de reportagens documentando as fraudes cometidas por um líder dos *békés* e a conivência da magistratura que havia absolvido o usineiro. O jornalista André Alier, pequeno comerciante, sofre toda sorte de pressões para desmentir o publicado. Após sofrer dois atentados, Alier pede porte de armas, o que lhe é negado.

55. Segundo Edouard de Lépine, o grupo Jean-Jaurès seguia a linha da III Internacional Comunista exceto sobre um ponto: *La nécessité de construire à la Martinique un PC indépendant luttant pour l'indépendance*. BROSSAT, Alain et MARAGNÈS, Daniel. *Les Antilles dans l'impasse?* Paris, éds. Caribéennes, 1981, p. 172.

No dia 12 de janeiro de 1934, seu corpo amarrado aparece numa praia (Fonds-Boulet) em Case-Pilote. Após algumas hesitações a polícia acaba admitindo ser assassinato. O enterro de Alier emociona toda a ilha.

Apesar dos depoimentos e precedentes, o usineiro é declarado completamente alheio ao caso e os assassinos são absolvidos por um tribunal de Bordeaux.

No início de fevereiro de 1935, a Martinica é sacudida por uma greve de trabalhadores. A origem do conflito estava na supressão de uma gratificação (que tinha-se tornado, para a maior parte das categorias de trabalhadores, maior do que o salário) ocasionando uma redução salarial de 20% a 30%. O motivo alegado era a queda do preço do açúcar e do rum no mercado internacional.

No dia 8 de fevereiro, aparecem as primeiras colunas de grevistas que se deslocam de um usina para outra. É a "*grève marchante*" na expressão de Jacques Adeläide-Merlande. Edouard De Lépine considera estes movimentos muito ligados às raízes martinicanas:

*Aux Antilles cette forme de lutte tient à la fois de l'insurrection paysanne ou de la révolte servile, du marronage des esclaves et de l'émeute populaire.*<sup>(56)</sup>

A prisão às escondidas de um delegado dos trabalhadores na CCTA (*Commission Centrale des Travailleurs dans l'Agriculture*),

56. LÉPINE, Edouard de. *Op. cit.*, p. 89.

um dos líderes do movimento, treze meses apenas depois da morte de Alikér, exasperou os ânimos.

No dia 11 de fevereiro, mais ou menos mil grevistas em roupa de trabalho chegam a Fort-de-France para falar com o governador. A população se apavora mas o governador os recebe. O simples fato de ele ter ouvido os trabalhadores irrita os *békés* que conseguirão mais tarde sua remoção para Paris. Mas as negociações são reabertas e o líder, libertado. A volta ao trabalho se dá após a conquista de vários direitos reservados aos trabalhadores metropolitanos.

As comemorações do tricentenário da chegada dos franceses às ilhas procurarão apagar as repercussões desse incidente, bem como do caso Alikér. Mas um fato ficou patente: o medo da pequena burguesia martinicana da trindade constituída pela faca, pelo fogo e pela pilhagem. Data desse período a criação do grupo *Front Commun* que em junho de 1935 alia-se ao grupo *Jean Jaurès*. Dessa aliança sairá a secção martinicana do Partido Comunista Francês.

Com a chegada da 2ª Guerra, o governo de Vichy considerará o Caribe zona estratégica. A Martinica recebe a esquadra do almirante Robert que traz em um de seus navios 300 toneladas de ouro, as reservas do Banco da França:

*L'effondrement de la France métropolitaine sous les coups de l'armée allemande, la dissidence gaulliste, le désir du gouvernement de Vichy de conserver à tout prix les anciennes colonies, enfin, l'intervention des U.S.A. firent de la zone des Caraïbes une aire de première importance stratégique.*<sup>(57)</sup>

57. PLUCHON, Pierre. *Op. cit.*, p. 341.

Devido à incapacidade da agricultura local de prover o abastecimento da ilha e tendo a Metrópole cessado o envio de qualquer produto, a fome instala-se na Martinica enquanto a população não se adapta às novas circunstâncias e busca outras alternativas para sua sobrevivência. Glissant diz que esse é um dos únicos períodos em que os martinicanos foram obrigados a buscar soluções criativas para seus problemas.

Os *békés* dão seu apoio ao almirante Robert. Os marinheiros, com suas manifestações de grosseiro racismo, provocam um surdo sentimento de revolta na população. Aproximadamente 5 mil antilhanos e guianenses abandonam suas regiões e, rumando para as ilhas inglesas em pequenos barcos, conseguem ser enviados para os Estados Unidos de onde seguem para juntar-se às forças do general De Gaulle.

Este fator se acrescentará a outros para que a departamentalização da Martinica, da Guadelupe e da Guiana Francesa (promessa do general De Gaulle) apareça aos seus habitantes como uma medida normal, necessária e mesmo desejada, inclusive para a esquerda. Nas eleições de 1945 para o Conselho Regional, elege-se 14 comunistas e 12 socialistas num total de 35 cadeiras. Césaire e os comunistas são por uma assimilação sem reservas. Os raros separatistas na época são considerados racistas:

*L'originalité politique des Antilles, si c'en est une, c'est que la volonté de sauvegarder la spécificité antillaise a été d'abord un souci des colons puis de la droite antillaise, avant de devenir le principal argument des autonomistes antillais.*<sup>(58)</sup>

58. LÉPINE, Edouard de. *Questions sur l'histoire antillaise*. Fort-de-France, eds. Désormeaux, 1978, p. 181.

No dia 6 de maio de 1946, a lei de departamentalização das Antilhas, Guiana e Reunião apresentada pelo deputado da Assembléia Nacional Aimé Césaire<sup>59</sup> é aprovada por unanimidade. Significativo o telegrama enviado por Césaire ao Diretório Central do Partido Comunista em 14 de maio de 1946:

*Grande victoire pour les classes laborieuses et fonctionnaires  
– Assimilation obtenue – Vive Parti Communiste.*

Por outro lado, Césaire foi um dos primeiros a perceber o impasse a que conduzia a departamentalização e rompeu com o charme do assimilacionismo político.

Desde o início de sua vida pública, em 1945, Césaire ocupou o primeiro plano do cenário político da Martinica e aí se mantém imbatível até hoje. É por isso que Lépine diz que é preciso compreender o cesairismo (ou o seu partido: PPM, Partido Popular Martinicano) para entender a política na Martinica.

Em novembro de 1956, Césaire rompe com o Partido Comunista Francês por meio de um documento que se tornou célebre: a *Lettre à Maurice Thorez*. Césaire era, a essa altura, figura internacional que se projetara sobretudo no 1º Congresso de Escritores e Artistas Negros em Paris (1956). Esse foi também o ano do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (com as revelações de Krutchev sobre Stálin), o ano da invasão da Hungria pelas tropas russas, da revolta

59. Césaire, desde o fim da 2ª Guerra Mundial, acumula os mandatos de deputado da Martinica na Assembléia Nacional Francesa (Paris) e prefeito de Fort-de-France (Martinica).

popular em Potsdam, na Polônia, do apoio do PCF à política francesa na Argélia...

O drama de Césaire é o drama de uma geração de militantes comunistas coloniais e explode na crise do monolitismo stalinista.

Quando Césaire rompe com o stalinismo é criticado pelo PCF e apoiado pela direita. Em março de 1958, é criado o PPM. Para ele convergem, além dos cesairistas convictos, anti-comunistas notórios, assimilacionistas empedernidos, carreiristas, revanchistas (face aos comunistas). Nesse quadro indefinido, a constante é o apoio a De Gaulle.

Em dezembro de 1959, um banal acidente de trânsito leva a uma briga entre um negro e um branco. O conflito se estende e a polícia é chamada a intervir. Aparentemente sua intervenção é excessivamente violenta porque o saldo é de três mortos a bala. O povo vai às ruas e exige a partida dos CRS (tropa de choque da polícia). Segundo Lépine o oportunismo de alguns políticos locais "inchou" o acontecimento, que foi chamado de "o dia D" da consciência antilhana.

Mas a coincidência desse fato com outros acontecimentos internacionais (os movimentos independentistas do Caribe de língua inglesa, fim da guerra cubana com a vitória dos revolucionários, reviravolta na guerra da Argélia, início do processo de independência das Nações africanas) dá-lhe outras significações. O conservador Conselho Geral da Martinica assusta-se.

O governo francês preocupa-se com os jovens desocupados, em número cada vez maior após o fim da convocação para a guerra da Argélia, e que poderiam representar um perigo latente. Mas a parte mais politizada da juventude martinicana é na realidade constituída pelos jovens que estudam nas universidades francesas, onde encontram outros estudantes oriundos

do império colonial francês. É nesse contexto que surge a OJAM (*Organisation de la Jeunesse Anticolonialiste de la Martinique*).

Outro fator constante na política martinicana contemporânea é a ambigüidade dos partidos políticos na reivindicação da autonomia ou da independência.

Em 1960 é criado o *Front Antillo-Guyanais* que exige a independência desses povos e é dissolvido em 1961 por um decreto do general De Gaulle. Glissant e Paul Nègre (Albert Béville), seus dirigentes, são expulsos das Antilhas e obrigados a residir na França. Em 1960, Glissant é detido em Marselha quando embarcava para a Nigéria.

Em 1963 alguns jovens da OJAM foram processados por serem independentistas. Este processo permitiu a aproximação de Césaire (contra a independência) e o PCM (*Parti Communiste Martiniquais*) por meio do PSU (*Parti Socialiste Unifié*). O máximo que se conseguiu em termos de consenso entre as várias organizações dos DOM (*Départements d'Outre-Mer*) foi "o direito desses povos de dirigirem eles mesmos os negócios de seus países".

A ambigüidade que caracteriza certos termos, como autonomia, autonomia administrativa, permite conservar o apoio da massa e o da Metrópole. Ao mesmo tempo, permanece forte entre a burguesia local a idéia de que a Martinica não pode viver fora da França.

Em 1964 De Gaulle, em visita à Martinica, declara a Césaire que "entre l'Europe et l'Amérique, il n'y a que des poussières et [...] on ne construit pas des Etats sur des poussières."<sup>(60)</sup>

60. Cf. *Le Monde*. Paris 24/03/1964 citado por LÉPINE, Edouard de. *Questions sur l'histoire antillaise*, p. 235.

Por outro lado, a partir dos anos 60, a pressão social acabaria decidindo a Metrópole a fazer uma série de investimentos na ilha: amplia-se significativamente a rede escolar, constroem-se grandes conjuntos habitacionais, hospitais, estradas, Cidade Universitária etc. Os funcionários públicos locais, que detêm a grande maioria dos empregos, passam a receber um adicional em seus vencimentos como os funcionários vindos da Metrópole. Com a conseqüente elevação de salários e a concessão de vários benefícios sociais, como salário-família, salário-desemprego, auxílio-aluguel, bolsas de estudo e outros, a ilha passa a ostentar um padrão de vida nitidamente superior ao do resto do arquipélago. Esta injeção de dinheiro vai desencadear um consumo desenfreado que aumenta duas vezes mais rapidamente que o da Metrópole (embora ainda esteja longe de alcançá-lo). O aumento do consumo e o desaparecimento da produção local têm como conseqüências imediatas a aceleração do processo de assimilação (consumem-se quase exclusivamente produtos franceses, inclusive na alimentação) e o retorno do dinheiro para a Metrópole, só que para os cofres das indústrias privadas (o que Glissant chama de "Le circuit crédits publics injectés - bénéfices privés exportés"<sup>(61)</sup>). O resultado é paradoxal: economia de região subdesenvolvida e nível de vida de país rico. O número de pessoas que temia a independência parece aumentar de um lado e do outro do Atlântico.

Em 1971 realiza-se em Morne-Rouge (Martinica) uma reunião interpartidária com o objetivo de estudar a convocação de uma Assembléia Constituinte para decidir o estatuto político das antigas colônias. Se todos estão de acordo em rei-

61. GLISSANT, Edouard. *Le Discours antillais*, p. 57.

vindicar da França uma contribuição, pelo menos em seu nível atual, para fazer face às conseqüências de três séculos de colonização, um problema se coloca: como exigir que ela pague? A França retirou uma enorme riqueza de suas colônias; mas não se trata apenas de restituir esse dinheiro mas de fazer com que ele chegue às mãos dos que foram realmente explorados: o povo.

Em 1972 realiza-se em Trénelle pela primeira vez uma reunião dos partidários da independência e dos partidários da autonomia. O fracasso dessa reunião (segundo Lépine) mostrou a fragilidade da convenção de Morne-Rouge.

Em 1974, como em 1981, Césaire, modificando sua posição anterior de não tomar posição nas eleições francesas, resolve apoiar Mitterand. Para seu grande desgosto, a coligação Giscard-Chirac consegue 81% dos votos da Martinica.

### A LÍNGUA

A Martinica – como outras ilhas das Antilhas – vive há séculos um conflito de línguas que acaba sendo uma das forças propulsoras de sua produção literária.

O primeiro conflito é anterior à chegada dos europeus. Como já foi dito anteriormente, quando os franceses chegaram à Martinica encontraram entre os Caraíbas indícios de que haveria duas línguas, uma das quais aparentemente reservada às mulheres.

Do contato entre os índios e os primeiros europeus resultou o primeiro falar específico das Antilhas francesas assinalado pelos cronistas da época. Era chamado de *baragouin* (algaravia) e seria uma mistura de espanhol, francês, inglês e flamengo com predominância aparente do primeiro, considerando-se os exemplos fornecidos pelos relatos dos missionários.

Os índios empregavam a “algaravia” exclusivamente no seu contato com os brancos, conservando sua língua materna em todas as outras atividades. Como os historiadores limitam suas referências à “algaravia” aos primeiros anos da colonização, é de se supor que ela tenha desaparecido com a eliminação da população indígena.

A língua hoje falada na Martinica, um crioulo de base lexical francesa, nasceu provavelmente, segundo Lambert-Félix Prudent, na primeira colônia francesa do Caribe – São Cristóvão – entre 1615 e 1640, do encontro de piratas franceses, escravos africanos (que em sua grande maioria tinham pertencido aos espanhóis) e índios Caraíbas:

*Cette langue se bâtit donc sur un vieux fond lexical “roman” (issu des parlers, patois et jargons régionaux français), réinterprété à partir des besoins et des pratiques des marins-négriers et des ouvriers engagés, et bousculé par les rituels communicatifs des esclaves.*<sup>(62)</sup>

O francês falado nas colônias era certamente popular e dialetal posto que, quer os proprietários, quer os contratados eram na sua maioria pessoas sem instrução. Além disso, Robert Chaudenson lembra que, por serem originários de várias províncias, tenderiam a simplificar sua língua para poderem se comunicar mais facilmente, mesmo entre franceses. Como nas colônias não havia um ensino organizado, ensinava-se e aprendia-se de acordo com as possibilidades e necessidades. Daí a aceleração do processo de transformações lingüísticas:

62. PRUDENT, L. F. La langue créole aux Antilles et en Guyane. *Les Temps Modernes*. Paris, 39 (441/442), avr./mai, 1983, p. 2.073.

*Il en est résulté, dans une situation sociolinguistique de contact et d'hétérogénéité linguistique, une accélération formidable du processus évolutif qui a conduit en un demi-siècle à la formation de systèmes nouveaux qui sont devenus les parlers créoles.*<sup>(63)</sup>

Os africanos que vêm para a América como escravos são de várias etnias e não falam a mesma língua. Colocados em situação de total dependência em face do europeu, para poderem se comunicar com ele e entre si, para poderem sobreviver, devem aprender o francês. Uma carta do abade Mongin de maio de 1682 fala dos problemas dos missionários para catequizar os africanos e afirma que estes aprendem logo a língua francesa:

*[...] dépendant en toutes choses de leurs maîtres et de leurs commandeurs, qui parlent toujours français, et, pour de très bonnes raisons leur étant défendu de parler leur langue naturelle. Ils auraient même de la peine à s'entendre autrement, y ayant quelquefois dans une case des nègres de dix ou douze langues.*<sup>(64)</sup>

Se a carta do abade Mongin demonstra que desde 1682 (pelo menos) existe nas Antilhas uma maneira específica de

63. CHAUDENSON, Robert. *Les créoles français*. Paris, Fernand Nathan, 1979, p. 83.

64. Citado por PRUDENT, L.F. *Des baragouins à la langue antillaise*. Paris, éds. Caribéennes, 1980, p. 26.

falar à qual os recém-chegados devem se adaptar, o termo "créole" para designar o

*... français corrompu auquel on a mêlé plusieurs mots espagnols francisés et où les termes marins ont aussi trouvé leur place*<sup>(65)</sup>

na definição de Moreau de Saint-Méry, só aparecerá em 1797.

Desde o momento em que o crioulo chega à Martinica com os primeiros colonizadores oriundos de São Cristóvão, ele terá que enfrentar, segundo Prudent, a língua dos índios, as várias línguas africanas e o francês. Com o desaparecimento dos índios, o crioulo – a língua comum entre o africano e o europeu – será o traço de união entre o senhor e o escravo. Mas à medida que a importância econômica do açúcar cresce, a distância entre o senhor e o escravo aumenta. Ora, os senhores das plantações, os *békés*, conhecem o crioulo e servem-se dele quer dentro do seu próprio grupo, quer no trato com seus servidores. Mas, como os únicos a terem direito à instrução, são os únicos (com raras exceções) a terem acesso a uma língua escrita (como o francês). O *béké* poderá optar sempre entre o crioulo e o francês; o escravo, não. Daí o estigma de inferioridade, de servidão, a marcar o crioulo. Paradoxalmente este estigma parece não ter impedido que o crioulo fosse um fator de integração nacional. Para tanto muito contribuiu o trabalho das *da* (babás) junto à família dos brancos:

65. Citado por CHAUDENSON, Robert. *Op. cit.*, p. 16.